

Pl Ass. Jurídica  
mulher e proleiros

Rayane Souza Santos  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto nº 288/2024

Ofício 005-2024/LUANJO

Oriximiná/PA, 26 de Novembro de 2024.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORIXIMINÁ – FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE**

Exmo. Sr. José William Siqueira da Fonseca

Prefeito Municipal de Oriximiná

Ilma. Sra. RAYANE SOUZA SANTOS  
Secretária Municipal de Saúde

Recebido em  
20/11/2024  
Dr. Eliel Cardoso  
Assessor Jurídico  
OAB/PA 28.254

REF.: Processo Licitatório Nº 024/2023-SRP-FMS, Contrato nº 068/2024 – FMS

AURIENE T. GUALBERTO EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) Sob o nº. CNPJ: 11.770.912/0001-69, vencedora do processo licitatório Processo Licitatório Nº 024/2023-SRP-FMS, vem por meio deste apresentar justificativas com o objetivo de demonstrar a necessidade de reajuste do contrato, nos termos abaixo:

**PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DE**  
**CONTRATO Nº 068/2024 – FMS**

***SÍNTESE DOS FATOS***

A Prefeitura Municipal de Oriximiná/PA realizou na data de 11 DE JANEIRO DE 2024, licitação realizada na modalidade pregão eletrônico, **Processo Licitatório Nº 024/2023-SRP-FMS**, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, com entrega parcelada, visando atender a demanda Secretaria Municipal de Saúde do município de Oriximiná – PA durante o período de 12 meses, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. A empresa subscritora sagrou-se vencedora.

Ocorre que o objeto supracitado sofreu variações em seu valor devido ao aumento da carga tributária e despesas administrativas, de tal modo que o preço ofertado não mais se compactua com o valor de mercado, o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos do contrato sem que isso cause enormes prejuízos a este fornecedor.

***DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO***

A cláusula de reajuste contratual é uma ferramenta fundamental para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos em face das variações de mercado. Sua aplicação torna-se especialmente relevante em situações onde ocorrem previsíveis elevações nos preços dos bens, serviços ou salários, frequentemente resultantes de cenários de instabilidade econômica.

É importante ressaltar que, nesse contexto, a teoria da imprevisão não se aplica. A teoria da imprevisão é invocada quando eventos extraordinários e inesperados alteram substancialmente as condições de um contrato, tornando sua execução excessivamente onerosa para uma das partes. No caso de reajustes, entretanto, as elevações de preços são previsíveis, e por isso mesmo, devem ser expressamente contempladas no contrato. Portanto, as formas de

reajuste devem estar claramente definidas nas cláusulas contratuais, permitindo que o próprio contrato ofereça uma solução para o reequilíbrio econômico.

A previsão de cláusulas de reajuste nos contratos reflete a necessidade de adaptação às flutuações econômicas e evita que as partes sejam surpreendidas por variações de custos não previstas. Essas cláusulas garantem a manutenção do equilíbrio inicial pactuado, prevenindo desequilíbrios que poderiam comprometer a execução do contrato.

Recentemente, houve um aumento significativo na carga tributária, nos custos de frete e nas despesas administrativas. Esses fatores, além de contribuírem para a instabilidade econômica, afetam diretamente o custo dos bens e serviços envolvidos no contrato. Assim, a inclusão de cláusulas de reajuste se torna ainda mais imprescindível para assegurar que essas variações sejam devidamente compensadas, evitando prejuízos e desbalanceamento financeiro.

Com a finalidade de comprovar o desequilíbrio econômico financeiro sofrido acerca do produto CARNE BOVINA TIPO ISCA (PATINHO), ITEM 11, e demonstrar a urgente necessidade do reequilíbrio, uma vez que a originalmente dos valores eram:

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                     |       |       |     |       |     |            |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------|-------|-----|-------|-----|------------|
| 34 | CARNE BOVINA COXA DO DURO. Especificação: Magra de 1ª qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais, acondicionadas em filme pvc transparente ou saco plástico transparente em embalagem a vácuo, devidamente selada, contendo identificação do produto, peso, marca de fabricante, prazo de validade mínima de 3 meses contados a partir da data de entrega, procedência idônea, com carimbo de fiscalização do SIF, Ministério da Saúde ou órgão competente | FRIGORIFICO RIBEIRO | 17130 | QUILO | R\$ | 29,12 | R\$ | 498.825,60 |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------|-------|-----|-------|-----|------------|

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                     |       |       |     |       |     |            |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------|-------|-----|-------|-----|------------|
| 35 | CARNE BOVINA COXA DO MOLE. Especificação: MAGRA DE 1ª QUALIDADE, ISENTA DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS, ACONDICIONADAS EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE EM EMBALAGEM A VÁCUO, DEVIDAMENTE SELADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA, PROCEDÊNCIA IDÔNEA, DEVIDAMENTE INSPECIONADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COM SELO SIF | FRIGORIFICO RIBEIRO | 17130 | QUILO | R\$ | 29,12 | R\$ | 498.825,60 |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------|-------|-----|-------|-----|------------|



|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                     |       |       |           |                |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------|-------|-----------|----------------|
| 36 | CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE. Especificação: PAULISTA OU MÚSCULO MOÍDO, SEM OSSO, SEM GORDURA E SEBO, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS, ACONDICIONADAS EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE EM PACOTES DE 1KG, DEVIDAMENTE SELADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA, DEVERÁ SER DE PROCEDÊNCIA IDÔNEA, COM CARIMBO DE FISCALIZAÇÃO DO SIF, MINISTÉRIO DA SAÚDE OU ÓRGÃO COMPETENTE, APRESENTAR AMOSTRA | FRIGORÍFICO RIBEIRO | 12000 | QUILO | R\$ 25,20 | R\$ 302.400,00 |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------|-------|-----------|----------------|

A seguir, apresentamos fragmentos das notas fiscais, estando na íntegra em anexo, que comprovam o valor de custo do produto, os quais, até o momento presente, não sofreram alterações. No entanto, diante das recentes mudanças no mercado que consequentemente resultou no aumento do valor de aquisição do produto, considerando ainda a carga tributária, nos custos de fretes e nas despesas administrativas, faz-se necessário demonstrar através de uma detalhada Planilha de Composição de Custo Unitário a urgência e a justificativa para um eventual reajuste. Esses ajustes são fundamentais para manter a sustentabilidade econômica do produto diante do aumento dos custos operacionais, garantindo assim a continuidade da qualidade e do fornecimento aos nossos clientes.

Vale ressaltar que na região há uma particularidade relevante que impacta diretamente os custos operacionais: somente existe um fornecedor de carne devidamente licenciado pelo Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.), o que restringe a concorrência e impossibilita a obtenção de preços mais competitivos. Tal cenário reflete diretamente no aumento dos custos do insumo essencial, cuja variação de preços está vinculada não apenas à alta dos insumos gerais, mas também à limitação de opções no mercado local, configurando uma situação que foge ao controle do contratado e que exige o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável.

Entre março e novembro de 2024, o setor enfrentou uma série de fatores econômicos que justificam o reajuste nos preços dos insumos essenciais, particularmente os custos relacionados ao fornecimento de carne. Houve um aumento expressivo nos custos de produção, impulsionado pela alta nos preços de grãos utilizados na alimentação animal, reajustes nos combustíveis e energia elétrica, além do impacto de tributações incidentes sobre o setor. Esses fatores geraram um efeito cascata em toda a cadeia produtiva, refletindo diretamente nos valores praticados pelo único fornecedor licenciado pelo Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.) na





insumos básicos. Essa realidade contrasta com o valor originalmente ofertado no contrato, que, apesar de ter sido elaborado com base nos preços vigentes à época, tornou-se defasado diante das condições atuais de mercado. Tal descompasso compromete a viabilidade econômica do contrato, gerando prejuízos diretos ao contratado e inviabilizando a continuidade da prestação dos serviços nas condições originalmente.

| PRODUTO              | VALOR OFERTADO | VALOR DE AQUISIÇÃO | GANHO BRUTO POR KG | RESULTADO DA ANÁLISE FISCAL/TRIB |
|----------------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------------------------|
| CARNE MOÍDA          | 25,20          | 22,00              | 3,20               | Incapacidade de fornecimento     |
| COXÃO DURO (lagarto) | 29,12          | 29,50              | - 0,38             | Incapacidade de fornecimento     |
| COXÃO MOLE           | 29,12          | 33,00              | - 3,88             | Incapacidade de fornecimento     |

Valores de aquisição extraídos da nota fiscal de aquisição nº 001.273, emitida em 27/11/2024 (doc. em anexo).

#### DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

| Quantidade | Descrição do Produto/Serviço | Valor Unitário | Valor Total | Valor de Aquisição | Valor de Venda | Valor de Custo | Valor de Lucro | Valor de Margem | Valor de Contribuição | Valor de Lucro Líquido | Valor de Margem Líquida | Valor de Contribuição Líquida |
|------------|------------------------------|----------------|-------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| 100,000    | COXÃO MOLE CONGELADO - 1,00  | 22,00          | 2.200,00    | 22,00              | 22,00          | 22,00          | 0,00           | 0,00            | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                          |
| 100,000    | COXÃO DURO CONGELADO - 1,00  | 29,50          | 2.950,00    | 29,50              | 29,50          | 29,50          | 0,00           | 0,00            | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                          |
| 100,000    | COXÃO MOLE CONGELADO - 1,00  | 33,00          | 3.300,00    | 33,00              | 33,00          | 33,00          | 0,00           | 0,00            | 0,00                  | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                          |

Fragmento da nota fiscal de aquisição nº 001.273, emitida em 27/11/2024 (doc. em anexo).

A situação apresentada demonstra um descompasso crítico entre os valores contratados e os custos reais de aquisição, o que acarreta riscos significativos tanto para a empresa quanto para a administração pública.

#### Para a Empresa Contratada:

##### 1. Prejuízos Financeiros:

- Com a carne moída e o coxão duro sendo fornecidos praticamente a preço de custo e o patinho abaixo do custo de aquisição, a empresa incorre em prejuízos diretos. Esse cenário inviabiliza a manutenção da saúde financeira da contratada, que pode não conseguir arcar com suas obrigações operacionais e fiscais.

**2. Risco de Inadimplência ou Interrupção dos Serviços:**

- A falta de reequilíbrio pode forçar a empresa a interromper o fornecimento, seja por inviabilidade financeira ou esgotamento de recursos para honrar o contrato. Tal situação pode prejudicar a reputação da empresa e gerar litígios com o poder público.

**3. Deterioração da Qualidade dos Produtos e Serviços:**

- Para minimizar perdas, a contratada pode buscar insumos de qualidade inferior ou alternativas inadequadas, comprometendo a entrega contratual e potencialmente causando problemas sanitários e de conformidade.

**Para a Administração Pública:**

**1. Risco à Continuidade do Serviço Público:**

- A interrupção do fornecimento de carnes, itens essenciais para a alimentação, pode impactar diretamente os beneficiários dos serviços públicos, como hospitais ou instituições assistenciais, gerando graves consequências sociais.

**2. Problemas Jurídicos e Administrativos:**

- A ausência de reequilíbrio econômico-financeiro pode ser considerada uma omissão na gestão contratual, contrariando os princípios da eficiência e economicidade. Além disso, o não cumprimento do contrato pode ensejar sanções judiciais e administrativas contra a administração pública.

**3. Comprometimento da Ata de Registro de Preços:**

- A defasagem nos valores da ata pode inviabilizar a adesão de outros órgãos ou até mesmo sua execução, descredibilizando o processo licitatório e gerando insegurança para futuras contratações.

**4. Impacto Orçamentário Futuro:**

- A necessidade de novas licitações ou compras emergenciais para suprir a eventual interrupção do fornecimento pode resultar em custos ainda mais elevados para a administração, devido à perda de competitividade e ao caráter emergencial da contratação.

O reequilíbrio do contrato e da ata de registro de preços é imprescindível para garantir a continuidade dos serviços, a preservação da qualidade dos produtos e a proteção dos



interesses de ambas as partes. A administração pública deve priorizar essa medida para evitar prejuízos sociais, financeiros e jurídicos, assegurando a execução regular do contrato conforme os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na legislação.

O reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é um direito previsto na legislação brasileira, com base no princípio do equilíbrio entre as obrigações e os encargos assumidos pelas partes contratantes, assegurando que a administração pública não obtenha vantagens indevidas em detrimento da parte contratada.

A Lei nº 8.666/1993, em seu art. 65, inciso II, alínea "d", e o art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos), garantem a revisão dos contratos administrativos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, especialmente em situações onde fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis tornem a execução do contrato excessivamente onerosa para a contratada.

Este direito visa evitar o enriquecimento ilícito por parte da administração pública, assegurando que o contratado não seja obrigado a arcar com prejuízos decorrentes de fatores externos, como aumentos significativos nos custos dos insumos ou alterações substanciais no cenário econômico. A Constituição Federal de 1988 também corrobora esse entendimento ao consagrar, no **art. 37**, os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, que devem orientar todos os atos da administração pública.

A ausência de reequilíbrio, especialmente em contratos cujo objeto é essencial à administração, como o fornecimento de alimentos, configura uma afronta a esses princípios, além de colocar em risco a continuidade dos serviços públicos. A revisão dos valores é, portanto, uma forma de assegurar a justa remuneração à empresa contratada e, ao mesmo tempo, manter a execução eficiente e regular do contrato, preservando o interesse público sem comprometer a sustentabilidade do setor privado envolvido.

Dessa forma, é imperativo que a administração pública analise os pedidos de reequilíbrio com a devida celeridade e imparcialidade, sob pena de violar os direitos do contratado e expor a própria administração a questionamentos jurídicos e prejuízos futuros.

Precisamente em seu artigo 65, alínea "d", a Lei supra mencionada confere a



Requerente o direito a postular tal pedido, vejamos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei podertio ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

d) para restabelecer a relacdo que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administracdo para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutençdo do equilibrio economico-financeiro inicial do contrato, na hipotese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porem de conseqüencias incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual; (grifo nosso)

Observa-se do trecho legal, a presença de tres requisitos para que ocorra o cabimento da alteracao contratual visando o reequilibrio pleiteado.

Os fatos imprevisíveis estao demonstrados na planilha de composição de custos, com destaque de precos demonstrando flagrantemente enormes reajustes dos valores desde a data da celebracao do contrato firmado entre as partes e os dias atuais.

O requisito do impedimento na execucao do contrato é representada pela onerosidade excessiva sofrida pela requerente de modo que a continuidade do fornecimento traz prejuizos imensuráveis a licitada.

Deste modo, resta evidente a necessidade do Reequilíbrio Econômico Financeiro para a manutenção do contrato.

### ***DO DIREITO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO***

O objeto deste pedido encontra-se previsto no art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos) e possibilita a alteração contratual com o objetivo de manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato nos seguintes termos:

**Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:**

[...]

**II - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução do objeto, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior ou caso fortuito, que alterem as condições de execução do contrato. (grifo nosso).**

Ademais, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, estabeleceu a garantia de norma fundamental ao equilíbrio econômico – financeiro:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

[...]

*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*



Apesar da norma não prever de forma literal a expressão “equilíbrio econômico-financeiro”, aduz que deve ser mantida “as condições efetivas da proposta, nos termos da lei”.

Neste diapasão, Marçal Justen Filho preceitua que:

*A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos **destina-se a beneficiar à própria Administração.** Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando não ocorressem o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais.” JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. (São Paulo: , 2018).*

Joel de Menezes Niebuhr corrobora o exposto, vejamos:

“A revisão é o instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da variação de custo decorrente, em linhas gerais, de eventos imprevisíveis ou de consequências imprevisíveis. (...) A Administração não reúne forças para compelir terceiros a operarem em prejuízo ou sem lucro. Então, deve-se proceder à revisão do contrato se as condições da época da proposta são alteradas, (...)” (In Licitação Pública e Contrato Administrativo, 2ª ed., pg. 895)(grifo nosso)

A ideia de equilíbrio significa que em um contrato administrativo os encargos do contratado devem equivaler ao que é pago pela Administração Pública. Por isso se fala na existência de uma equação: **a equação econômico-financeira.**

É completamente temerário manter a continuidade do contrato sem que a equação financeira prevaleça, dando espaço a preços irrisórios e insuficientes para manter as despesas mínimas da empresa contratada custeará.

Do exposto até aqui, resta demonstrado o desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, seja, o Contrato merece ser revisado, e o equilíbrio econômico financeiro deve ser realinhado.

Cabe lembrar que pela redação do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, “os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado”, o que significa aplicar dois dispositivos específicos do Código Civil.

### **DA APLICAÇÃO DA LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL DE 25% SOBRE AS REPACTUAÇÕES**

O doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra intitulada Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, argumenta que:

*“A repactuação assemelha-se ao reajuste, no sentido de ser prevista para ocorrer a cada doze meses ou quando se promover a renovação contratual. Mas aproxima-se da revisão de preços quanto ao seu conteúdo: trata-se de uma discussão entre as partes relativamente à variação de custo efetivamente ocorridas. Não se promove a real evolução de custos do particular.”*

Diante da alta significativa nos custos dos insumos e materiais necessários para a execução do objeto contratual, devidamente comprovada pelos documentos anexos, e com fundamento no art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a empresa requer o reajuste de 25% sobre os valores contratados, como medida mínima para mitigar os prejuízos advindos da defasagem econômica ocorrida no período. Ressalta-se que, embora o percentual solicitado não restabeleça integralmente o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado, trata-se de uma solução imediata e proporcional para garantir a continuidade dos serviços e evitar maiores danos à execução contratual e ao interesse público.

Com efeito, o presente pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá acompanhar o percentual real de aumento no valor do produto, de modo que os valores dos itens passem a ser:



de garantir a manutenção da viabilidade do contrato, ela assegura que ambas as partes, contratante e contratado, estejam resguardadas em conformidade com os princípios da transparência, da boa-fé e da economicidade, observando as normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e, quando aplicável, na legislação anterior, como a Lei nº 8.666/1993. Essa prática é crucial para evitar prejuízos à administração pública ou ao contratado, promovendo a continuidade eficiente e justa da execução contratual.

| DEMONSTRAÇÃO DO REAJUSTE DO VALOR OFERTADO |                                |     |       |                             |                   |                |                  |
|--------------------------------------------|--------------------------------|-----|-------|-----------------------------|-------------------|----------------|------------------|
| ITEM                                       | DESCRIÇÃO                      | UND | QTD   | CUSTO UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO | MARGEM REAJUSTADA | REAJUSTE (R\$) | VALOR REAJUSTADO |
| 1                                          | CARNE BOVINA MOÍDA SEM GORDURA | KG  | 1.000 | R\$ 20,40                   | 20%               | R\$ 6,92       | R\$ 33,08        |
| 2                                          | CARNE COXÃO DURO               | KG  | 1.000 | R\$ 35,40                   | 20%               | R\$ 6,95       | R\$ 44,25        |
| 3                                          | CARNE COXÃO MOLE               | KG  | 2.000 | R\$ 30,60                   | 20%               | R\$ 9,90       | R\$ 49,50        |

Com base no reajuste aplicado e considerando as variações econômicas que impactaram diretamente os custos dos insumos, os valores dos itens foram atualizados para: CARNE BOVINA MOÍDA no valor de R\$ 33,08, CARNE COXÃO DURO no valor de R\$ 44,25, e CARNE COXÃO MOLE no valor de R\$ 49,50. Esses valores refletem a necessidade de adequação aos custos reais do mercado, garantindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme previsto em legislação vigente, como a Lei nº 14.133/2021. Essa medida é fundamental para assegurar a continuidade do fornecimento, garantindo que os produtos sejam entregues com a qualidade e as especificações previamente estabelecidas no contrato. Além disso, o reajuste protege ambas as partes envolvidas, evitando prejuízos financeiros e assegurando a eficiência, economicidade e a viabilidade do contrato, promovendo a transparência e o cumprimento das obrigações contratuais em sua integralidade.

Conforme fartamente demonstrado, a ocorrência de desequilíbrio contratual na cláusula econômico-financeira, provocado por fato superveniente a apresentação da proposta e imprevisível, não imputável ao Contratado, gera direito subjetivo ao restabelecimento do equilíbrio sob pena de lesão ao princípio da vedação ao enriquecimento ilícito.

## **REQUERIMENTOS:**

**ISSO POSTO**, requer-se:

- **Requerimento de Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

| COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO                                                                                                                                                                                                                                         |                                |        |                                                                 |                    |                                                |                   |          |                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------|-----------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------|-------------------|----------|-----------------------------|
| ITEM                                                                                                                                                                                                                                                                 | DESCRIÇÃO                      | UND    | QTD                                                             | VALOR DE AQUISIÇÃO | TRIBUTAÇÃO AGREGADA (IMPOSTOS, TAXAS E DEMAIS) | FRETES E CARRETOS | DESP ADM | CUSTO UNITÁRIO DE AQUISIÇÃO |
| 1                                                                                                                                                                                                                                                                    | CARNE BOVINA MOÍDA SEM GORDURA | KG     | 1,000                                                           | R\$ 22,00          | R\$ 2,20                                       | R\$ 1,16          | R\$ 1,10 | R\$ 26,46                   |
| 2                                                                                                                                                                                                                                                                    | CARNE COXA DURA                | KG     | 1,000                                                           | R\$ 29,50          | R\$ 2,95                                       | R\$ 1,48          | R\$ 1,48 | R\$ 35,40                   |
| 3                                                                                                                                                                                                                                                                    | CARNE COXA MOLE                | KG     | 2,000                                                           | R\$ 33,00          | R\$ 3,30                                       | R\$ 1,65          | R\$ 1,65 | R\$ 39,60                   |
| Tributação definida com base na Receita Bruta do Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 |                                |        |                                                                 |                    |                                                |                   |          |                             |
| TRIBUTAÇÃO AGREGADA (IMPOSTOS, TAXAS E DEMAIS)                                                                                                                                                                                                                       |                                | 11,74% |                                                                 |                    |                                                |                   |          |                             |
| FRETES E CARRETOS                                                                                                                                                                                                                                                    |                                | 5,29%  | Média mensurada com base nos últimos seis meses do ano corrente |                    |                                                |                   |          |                             |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS                                                                                                                                                                                                                                             |                                | 5%     | Média mensurada com base nos últimos seis meses do ano corrente |                    |                                                |                   |          |                             |

A composição do custo unitário tem como principal objetivo fornecer uma análise detalhada e transparente de todos os elementos que compõem o preço de um produto, serviço ou obra, permitindo a apuração precisa dos custos diretos e indiretos envolvidos na execução contratual. Essa metodologia possibilita que o contratante e o contratado tenham uma visão clara sobre a formação dos preços, identificando os insumos, mão de obra, encargos sociais, tributos, equipamentos e demais fatores que impactam no custo final. No contexto de contratos administrativos, a composição do custo unitário é essencial para a gestão do equilíbrio econômico-financeiro, pois fundamenta eventuais pedidos de reajuste ou reequilíbrio, garantindo que alterações de mercado, como variações de preços de materiais, mão de obra ou mudanças tributárias, sejam tratadas de forma justa e transparente. Além disso, promove o cumprimento dos princípios da economicidade e eficiência previstos na legislação, como a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 14.133/2021, sendo um instrumento essencial tanto para a análise de viabilidade como para a fiscalização e auditoria do contrato.

A demonstração do reajuste do valor ofertado tem como objetivo evidenciar, de forma clara e fundamentada, as variações econômicas que impactaram os custos inicialmente previstos em um contrato administrativo, justificando a necessidade de atualização do valor ofertado. Essa demonstração é embasada em índices oficiais ou parâmetros previstos no contrato, como variações nos preços de insumos, mão de obra, tributos, ou alterações econômicas significativas que influenciam diretamente no equilíbrio econômico-financeiro do acordo. Além



Com fundamento no **art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, solicita-se o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato nº 068/2024 – FMS, com a aplicação de um reajuste de **25% sobre os valores pactuados**, considerando:

- A alta comprovada nos custos dos insumos;
- A defasagem dos preços de fornecimento em relação aos valores de mercado.

• **Pedido Alternativo de Liberação do Compromisso**

Caso o reequilíbrio econômico-financeiro não seja concedido, requer-se, nos termos do **art. 125, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**, a liberação do compromisso de fornecimento dos itens contratados, visando:

- Evitar prejuízos irreparáveis à empresa;
- Preservar a boa-fé contratual;
- Assegurar o interesse público.

Nestes Termos; Pede Deferimento.

|                    |                           |
|--------------------|---------------------------|
| AURIENE TEIXEIRA   | Assinado de forma digital |
| GUALBERTO:83732730 | por AURIENE TEIXEIRA      |
| 263                | GUALBERTO:83732730263     |

Auriene Teixeira Gualberto  
RG nº 4935607 \* CPF nº 837.327.302-63  
Trav. José Gabriel Guerreiro, 390, Bairro-Centro, Oriximiná-PA.







Recebemos de M B DE CARVALHO SOARES os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.  
Emissão: 25/11/2024 Dest/Rem: AURIENE T.GUALBERTO ( 10175) Valor Total: 7.212,59

NF-e  
Nº 000.001.210  
Série 001

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

M B DE CARVALHO SOARES



EST DO MIRITUBA, SN, SALA B -  
ZONAL RURAL - SANTAREM - PA - CEP:  
68099-899  
Fone: (93)9175-3484  
www.frigorificoribeiro.com  
nfe@frigorificoribeiro.com.br

DANFE  
Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA  
Nº 000.001.210  
Série 001  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO  
1524 1140 2742 8900 0151 5500 1000 0012 1016 0782 6316

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO  
VENDA DE MERCADORIA

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO  
215240035567156 25/11/2024 09:24:59

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
157349039

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

CNPJ / CPF  
40.274.289/0001-51

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL  
AURIENE T.GUALBERTO ( 10175)

CNPJ / CPF  
11.770.912/0001-69

DATA DA EMISSÃO  
25/11/2024

ENDEREÇO  
RUA JOAO BATISTA DE OLIVEIRA, 2107

Bairro / Distrito  
CENTRO

CEP  
68270-000

DATA DA SAÍDA  
25/11/2024

MUNICÍPIO  
ORIXIMINA

UF  
PA

TELEFONE / FAX

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
152997385

HORA DA SAÍDA  
09:19:30

FATURA

DADOS DA FATURA

Número: 1210 - Valor Original: R\$ 7.212,59 - Valor Desconto: R\$ 0,00 - Valor Líquido: R\$ 7.212,59

PARCELAS

Número : 001

Vencimento : 28/11/2024

Valor : R\$ 7.212,59

CÁLCULO DO IMPOSTO

|                         |                 |               |                                |              |                      |                          |
|-------------------------|-----------------|---------------|--------------------------------|--------------|----------------------|--------------------------|
| BASE DE CÁLCULO DO ICMS |                 | VALOR DO ICMS | BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST. |              | VALOR DO ICMS SUBST. | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS |
| 7.212,59                |                 | 1.370,39      | 0,00                           |              | 0,00                 | 7.212,59                 |
| VALOR DO FRETE          | VALOR DO SEGURO | DESCONTO      | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS     | VALOR DO IPI | VALOR TOTAL DA NOTA  |                          |
| 0,00                    | 0,00            | 0,00          | 0,00                           | 0,00         | 7.212,59             |                          |

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL  
M B DE CARVALHO SOARES

FRETE POR CONTA  
0 - REMETENTE

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO  
QEF0683

UF  
PA

CNPJ / CPF  
40.274.289/0001-51

ENDEREÇO  
EST DO MIRITUBA

MUNICÍPIO  
SANTAREM

UF  
PA

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
157349039

QUANTIDADE  
60

ESPÉCIE  
CAIXAS

MARCA

NÚMERAÇÃO

PESO BRUTO  
328,675

PESO LÍQUIDO  
321,379

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

| CODIGO PRODUTO | DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO                                                                       | NCM/SH   | CST | CEP  | UNID. | QTDE.    | VALOR UNITÁRIO | VALOR DESCONTO | VALOR TOTAL | BASE DE CÁLCULO ICMS | VALOR ICMS | VALOR IPI | ALÍQ. ICMS | ALÍQ. IPI |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----|------|-------|----------|----------------|----------------|-------------|----------------------|------------|-----------|------------|-----------|
| 0000000015     | CARNE MOIDA DE BOVINO - 5,00<br>TRIB APROX R\$: 135,60 Federal e 231,00 Estadual - FONTE:IBPT SDC0AE | 02023000 | 000 | 5101 | KG    | 150,0000 | 22,0000        | 0,00           | 3.300,00    | 3.300,00             | 627,00     | 0,00      | 19,00      | 0,00      |
| 0000000022     | PATINHO-CONGELADO - 3,00<br>TRIB APROX R\$: 93,46 Federal e 155,76 Estadual - FONTE:IBPT SDC0AE      | 02023000 | 000 | 5101 | KG    | 68,4690  | 32,5000        | 0,00           | 2.225,24    | 2.225,24             | 422,80     | 0,00      | 19,00      | 0,00      |
| 0000000021     | LAGARTO-CONGELADO - 1,00<br>TRIB APROX R\$: 33,96 Federal e 56,60 Estadual - FONTE:IBPT SDC0AE       | 02023000 | 000 | 5101 | KG    | 27,4100  | 29,5000        | 0,00           | 808,60      | 808,60               | 153,63     | 0,00      | 19,00      | 0,00      |
| 0000000022     | PATINHO-CONGELADO - 1,00<br>TRIB APROX R\$: 34,80 Federal e 58,01 Estadual - FONTE:IBPT SDC0AE       | 02023000 | 000 | 5101 | KG    | 25,5000  | 32,5000        | 0,00           | 828,75      | 828,75               | 157,46     | 0,00      | 19,00      | 0,00      |
| 0000003495     | OUTROS - 50,00<br>TRIB APROX R\$: 2,10 Federal e 3,50 Estadual - FONTE:IBPT SDC0AE                   | 02023000 | 000 | 5101 | KG    | 50,0000  | 1,0000         | 0,00           | 50,00       | 50,00                | 9,50       | 0,00      | 19,00      | 0,00      |
|                |                                                                                                      |          |     |      |       |          |                |                |             |                      |            |           |            |           |

>>> CONFIRA O CNPJ AO PAGAR, EVITE O GOLPE DO FALSO BOLETO <<<

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  
PLACA: QEF0683 -PA  
PRODUTO PRODUZIDO APARTIR DO S.T.F. 1367. VENDA COM SUSPENSÃO DE CONTRIBUIÇÃO PARA PIS E DA CONFINS (IN RFB 977 DE 14/12/2009). CREDITO PRESTIMIDO DE ICMS CONF. ART. 25, SUBSECAO IV DO DECRETO N 4.676, DE 18 DE JUNHO DE 2004/RICMS-PA. CONFORME AO ART. 27 DO ANEXO I PELO DECRETO 2.283/10- NAS SAIDAS INTERNAS E INTERESTADUAIS DE CARNE DESOSSADA, MOIDA -TRIB APROX R\$: 302,92 FEDERAL E 504,87 ESTADUAL - FONTE:IBPT SDC0AE - NOME FANTASIA: AURIENE T.GUALBERTO (00000000000) - CONDIÇÃO PAGTO: 03 DIAS - TRANSPORTADOR: M B DE CARVALHO SOARES - CNPJ: 40.274.289/0001-51 - IE: 15.734903-9 - MOTORISTA: ELVIS SOUSA SA - NRO PEDIDO: 1455 - ORDEXP: 207 - SEQUENCIA ENTREGA: 1

RESERVAÇÃO AO FISCO

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 25/11/2024 09:19:40

Friço-Data Informatica Ltda











